

Dossiê relata crimes insolúveis

Documento de 60 páginas lista as investigações já ocorridas no Estado

ANDRÉIA LOPES E
LÚCIA GARCIA

O relatório elaborado pelos conselheiros Luís Roberto Barroso, Flávia Piovesan e Belisário dos Santos Júnior detalha, em 60 páginas, os casos de violação dos direitos humanos no Espírito Santo, com informações sobre a atuação da Scuderie Le Cocq, o relatório da CPI Nacional do Narcotráfico, dados do Grupo de Trabalho Para Repressão ao Crime Organizado, dossiê das vítimas de violência do Espírito Santo, relação dos casos de homicídios insolúveis, além do resumo do pedido de intervenção formulado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No pedido de intervenção, a OAB relata que "persistem no Estado os crimes de mando e que as investigações conduziram a poucas condenações". Sobre a Le Cocq, o documento diz que ela continua "em plena atividade, com atuação paramilitar e ramificações nos altos escalões da política e da polícia, dedicando-se à prática do narcotráfico, controle de jogos ilícitos e homicídios".

No relatório, que foi dirigido ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, os conselheiros lembraram que as primeiras denúncias a respeito da criminalidade no Estado chegaram ao Ministério da Justiça em 1994. Na época, uma "comissão apuratória" foi criada e elaborou um outro relatório dizendo que "a violação aos direitos humanos no Estado em grande número dos casos permanece impune e ocorre em conexão com o crime organizado". Ao final dos traba-

lhos, a comissão encaminhou uma série de recomendações ao Governo estadual.

Proporções

Em 1999, segundo a documentação, a Polícia Federal produziu um documento sobre o combate ao crime organizado no Espírito Santo, "reconhecendo ter a violência atingido proporções inéditas".

"A situação da segurança pública teria fugido do controle das autoridades locais. Pessoas ligadas ao crime organizado incrustaram-se em toda a máquina repressiva do Estado, contaminando setores encarregados do combate à criminalidade, corrompendo políticos, dominando prefeituras, desviando verbas, planejando e cometendo assassinatos", diz a documentação.

O número de crimes de mando sem solução, segundo a documentação, pode chegar a 30, citando o caso da colunista social Maria Nilce e dos advogados Carlos Batista e Marcelo Denadai.

As informações da CPI Nacional do Narcotráfico que constam do documento relatam as denúncias de participação de autoridades estaduais no crime organizado e a impunidade.

Outro documento que é citado é o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho Para Repressão ao Crime Organizado, que revela, por exemplo, uma lista de delegados de polícia do Espírito Santo que estariam sob suspeita de ter praticado ilegalidades. O relatório mostra também uma lista de processos em tramitação no Judiciário contra o presidente da Assembleia Legislativa, deputado federal José Carlos Gratz (PFL) - um dos indiciados pela CPI do Narcotráfico.

O dossiê das vítimas de violência do Espírito Santo, por sua vez, relata vários casos de homicídio não solucionados, mas cuja autoria atribuem a policiais e criminosos perigosos.



Direção

O relatório foi dirigido ao ministro Miguel Reale Júnior (C), que esteve acompanhado do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro (E), e do secretário de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro

Entenda o pedido de intervenção

O pedido de intervenção federal no Estado foi formulado inicialmente pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo.

Os relatores do conselho - Luís Roberto Barroso, Belisário dos Santos Júnior e Flávia Piovesan -, após a reunião, consideraram 'grave' a situação no Espírito Santo.

Foi marcada uma reunião extraordinária, em Brasília, para a qual seriam convidados os representantes dos três Poderes do Estado.

18 de junho

A OAB nacional divulgou uma carta de apoio à seccional do Espírito Santo. Em nota, a entidade atesta que entrou com o pedido de intervenção "em razão da exuberante prova documental e de depoimentos de diversos segmentos da sociedade capixaba demonstrando a subversão da ordem legal no Estado".

20 de junho

O CDDPH fez a segunda reunião, no Ministério da Justiça, em Brasília, para analisar o pedido de intervenção no Estado.

O ministro Miguel Reale Júnior presidiu a reunião, que teve a participação do procurador-geral da Assembleia Legislativa, João Marcos Lopes de Faria, representando o presidente da Casa, José Carlos Gratz; o advogado Nelson Aguiar, representando o governador José Ignacio; e o desembargador Jorge Góes Coutinho.

24 de abril

O presidente da OAB capixaba, Agesandro da Costa Pereira, foi convidado a participar do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), em Brasília.

A reunião foi presidida pelo ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.

Neste encontro ficou definido que uma força-tarefa seria formada para desvendar o assassinato do advogado Marcelo Denadai.

Ficou decidido também que a próxima reunião do conselho seria realizada em Vitória.

30 de abril

Agesandro, com o presidente nacional da OAB, Rubens Appabato, e com o ex-presidente da entidade Reginaldo Oscar de Castro tiveram uma audiência com o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior.

Eles levaram informações sobre a atuação do crime organizado no Espírito Santo e o Caso Denadai.

Appabato determinou que um conselheiro federal elaborasse um relatório com um parecer técnico sobre a conveniência da apresentação de um pedido de intervenção federal no Estado.

O ministro encaminhou o pedido ao CDDPH, pedindo um parecer sobre o caso.

23 de maio

Conselho da OAB divulgou uma das cartas anônimas com ameaças a Agesandro e a conselheiros.

A carta foi entregue ao ministro da Justiça e anexada ao pedido de intervenção.

28 de maio

O governador José Ignacio Ferreira se reuniu com o ministro da Justiça, em Brasília.

O ministro garantiu que a análise do pedido de intervenção seria totalmente isenta de conotações políticas.

Também participaram da reunião o chefe da Casa Militar, coronel Carlos Carvalho; o comandante da Polícia Militar, coronel Samuel Nascimento; o secretário de Segurança Pública, coronel Edson Ribeiro; e o chefe do

Caso Denadai terá sumário em agosto

O sumário de acusação do policial militar Dalberto Antunes da Cunha deve continuar no dia 5 de agosto. Ele foi o único indiciado pelo Ministério Público Estadual (MPES) no processo que apura a morte do advogado Marcelo Denadai, ocorrida em abril deste ano. A titular da 4ª Vara Criminal de Vila Velha, juíza Maria Cristina Capanema Ribeiro, pediu que mais quatro pessoas sejam ouvidas em agosto. Elas teriam sido citadas nos depoimentos, na última segunda-feira.

A irmã do advogado, a também advogada Maria Aparecida Denadai, foi ouvida na condição de informante. Ela contou que uma radiopatrulha da Polícia Militar, dava cobertura ao Gol usado pelos assassinos de seu irmão. Uma testemunha também teria dito que três pes-

em grande número dos casos permanece impune e ocorre em conexão com o crime organizado". Ao final dos traba-

AS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO

O presente relatório, como já salientado, não tem natureza penal nem se destina a incriminar pessoas. Empreendeu-se, ao longo das várias semanas de trabalho, uma análise das instituições públicas do Estado do Espírito Santo, para verificar se estão em condições de desempenhar adequadamente seu papel constitucional, assegurando o primado da lei e o respeito aos direitos fundamentais.

Os relatores estão convencidos de que, por fatores que se acumularam ao longo dos anos - e que não são imputáveis a uma pessoa ou a um governo -, o Poder Executivo do Estado não se encontra em condições de reagir eficazmente à situação que se estabeleceu. Entendem, igualmente, com base em um conjunto abrangente e impressionante de dados objetivos e subjetivos, que a direção do Poder Legislativo do Estado tem responsabilidade pelo quadro que se formou e por dificuldades na sua superação.

A vista das constatações acima, bem como da vasta documentação coligida ao longo dos últimos anos (1994 a 2002), dos inúmeros e substanciais relatórios já elaborados, das manifestações colhidas, pública e reservadamente, de autoridades e de integrantes da sociedade civil; e, também, por força do inafastável convencimento pessoal de quem agiu com isenção, mas com olhos de ver, concluem os relatores designados pelo Ministro da Justiça que:

1. Encontra-se cabalmente caracterizado o grave comprometimento à ordem pública, por força de um conjunto de circunstâncias que singulariza a criminalidade violenta e organizada no Es-

tado do Espírito Santo, em contraste com o que se passa em outras partes do país. Dentre elas é possível destacar: o fato de que se prolonga, por mais de uma década, sob o signo da impunidade; a generalizada percepção de que se encontra infiltrada em diferentes instituições estaduais; a intimidação, por ameaça ou por homicídio, de todas as pessoas que não se submetem, incluindo delegados de polícia, membros do Ministério Público e da magistratura; a clara existência de um pacto de medo, silêncio e cumplicidade que favorece os maus e oprime os bons.

2. Encontra-se cabalmente caracterizado um padrão grave e sistemático de violação aos direitos da pessoa humana, em razão de: a) casos de execução sumária e arbitrária, em relação aos quais prevalece, como regra, a impunidade dos agentes do crime organizado; b) homicídio ou persistentes ameaças de morte de todos aqueles que, de alguma forma, representem resistência à atuação desenfreada do crime organizado; e c) impossibilidade, incapacidade ou omissão das autoridades do Estado do Espírito Santo no cumprimento de sua atribuição de fazer respeitar os direitos da pessoa humana.

Nessa conformidade, conclui a Comissão pela ocorrência dos pressupostos autorizadores da intervenção federal, expressos no art. 34, III e VII da Constituição Federal, como medida extrema que permitirá a restauração da ordem pública, bem como a preservação dos direitos humanos no Estado do Espírito Santo. A intervenção deverá se dar nos Poderes Executivo e Legislativo.

• **18 e 19 de maio**
O Conselho Federal da OAB esteve reunido e aprovou a realização do pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

18 e 19 de maio

O Conselho Federal da OAB esteve reunido e aprovou a realização do pedido de intervenção federal no Espírito Santo.

• O pedido foi fundamentado em dois pontos:
1- A subversão da ordem pública
2- O desrespeito aos direitos humanos no Espírito Santo.

21 de maio

• **21 de maio**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

Fórum avalia como positiva a intervenção

Membros do Fórum Reage Espírito Santo se reuniram ontem, em Vitória, para fazer uma avaliação do processo de intervenção no Estado. Eles analisaram a decisão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e viram com otimismo a aprovação do pedido feito pela Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo. "A decisão nos traz muita alegria. Estamos entrando em uma nova etapa no Estado", avaliou o pastor Norberto Berger, presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic) no Espírito Santo.

A ex-presidente do PT, Iriny Lopes, que também faz parte da entidade, disse ontem ter "recebido a melhor notícia do dia", ao saber que o conselho aprovou, por unanimidade, o relatório que sugere intervenção no Espírito Santo. "A decisão foi estudada. Estou muito feliz. Essa foi a melhor notícia que recebi. Eles foram responsáveis, em relação aos direitos humanos no Estado, isentos e não se precipitaram na decisão", enfatizou Iriny.

O pastor Berger avaliou que a decisão dará força para a entidade continuar na luta. "É uma arma para nós continuarmos buscando uma sociedade mais justa", disse.

• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

05 de junho

• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

OAB diz que decisão comprova gravidade

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccionais estadual e nacional, se manifestaram ontem sobre a decisão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que aprovou, por unanimidade, o relatório que sugere a intervenção no Espírito Santo. "Esse foi o primeiro passo para a intervenção no Estado. É uma decisão muito importante porque o conselho é integrado por profissionais responsáveis, membros da sociedade civil", avaliou a vice-presidente da OAB/ES, Gladys Jouffroy Bitran.

Segundo ela, a decisão do CDDPH comprovou o que a OAB/ES está afirmando sobre o crime organizado no Estado. "O que se relatou já foi comprovado pela nossa sessão. Nós não teríamos detonado o processo se não tivéssemos fatos concretos e não teríamos encaminhado os atos ao CDDPH. Temos documentos que provam a razão da impunidade no Estado", afirmou.

Por este motivo, acrescentou a vice-presidente da OAB/ES, a aprovação do pedido de intervenção no Estado não foi surpresa. "Era nossa expectativa que o

• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**

04 de julho

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

• **04 de julho**
• **05 de junho**
• **04 de julho**
• **05 de junho**

OTIMISMO

Irmã de Denadai crê em apurações

Respirando aliviada. Assim disse estar ontem a irmã do advogado Marcelo Denadai (assassinado no dia 15 de abril deste ano), Maria Aparecida Denadai, ao saber que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aprovou o pedido de intervenção no Estado. "Encaro com alívio a decisão do conselho. Agora acredito que a apuração da morte de meu irmão não dependerá mais de pessoas poderosas, que comandam o crime organizado no Estado", disse. "As coisas podem tomar novos rumos. Honestamente, esta foi a melhor notícia que recebi hoje (ontem). Agora posso dizer que os mandantes do assassinato de Marcelo podem ser presos e cumprir pena", concluiu.

+ ● ● ● ● ●

GABINETE DO MINISTRO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA RESOLUÇÃO Nº 15, DE 04 DE JULHO DE 2002

O CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, com fulcro nas disposições da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, e por deliberação de seu colegiado, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório sobre a representação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil solicitando a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, elaborado pelos Conselheiros Luis Roberto Barroso, Flávia Cristina Piovesan e Belisário dos Santos Júnior.

Art. 2º Recomendar, com base em documentos, depoimentos, denúncias, informações colhidas e nas considerações e conclusões produzidas pelo Relatório:

I - que sejam efetivados os procedimentos objetivando a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, em decorrência do entendimento de que estão ali presentes situações que justificam a referida medida excepcional, em conformidade com o previsto no art. 34, da Constituição Federal;

II - que a intervenção federal no Estado do Espírito Santo tenha a sua incidência no Executivo e na presidência e mesa diretora da Assembléia Legislativa, com os objetivos de:

a) produzir a efetiva investigação das atividades do crime organizado no Estado, inclusive as que possuam repercussão interestadual, como narcotráfico, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal;

b) obter a efetiva apuração de crimes de homicídio, especialmente os que são cometidos mediante execução sumária e os que são atribuídos ao crime organizado, e a consequente identificação e responsabilização dos autores, sejam executores ou mandantes;

c) garantir a livre circulação de informações que possam viabilizar a prevenção e a repressão à criminalidade;

d) garantir a livre ação dos agentes públicos no exercício de suas respectivas atribuições que tenham correlação com a apuração de crimes ou com a repressão das atividades da criminalidade organizada;

e) garantir a integridade física de pessoas coagidas ou ameaçadas em virtude de denunciar ou terem denunciado violações a direitos humanos ou de colaborar ou terem colaborado para a identificação ou repressão de atividade criminosas;

f) executar toda e qualquer medida para o pleno restabelecimento da ordem pública e das garantias ao exercício dos direitos humanos.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

A RESOLUÇÃO

do CDDPH recomenda a intervenção federal no Espírito Santo, em conformidade com a Constituição Federal